



AGU pode cobrar gastos eleitorais de candidatos cassados

A Advocacia-Geral da União poderá cobrar de candidatos a prefeito cassados os gastos com as eleições suplementares em Sidrolândia (MS) e Bonito (MS) marcadas para o dia 3 de março. A informação é do procurador-chefe da União no Mato Grosso do Sul, Iunes Tehfi, que admitiu haver uma nova tendência, com recomendações da AGU, de cobrar daqueles que deram causa às despesas suportadas pelo erário público. As informações são do jornal *Correio do Estado*.

Em Bonito, a Junta da 30ª Zona Eleitoral reconheceu a nulidade de 52,05% dos votos nominais apurados nas eleições de outubro de 2012, para os cargos de prefeito e vice, correspondentes a 6.611 votos apurados em favor dos candidatos Geraldo Alves Marques (PDT) e Odilson Arruda Soares (PSDB), cuja chapa teve o registro indeferido logo após as eleições.

Geraldo teve a candidatura cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral por ser considerado "ficha suja", com suas contas rejeitadas quando foi prefeito no município. Ele foi acusado de improbidade por não comprovar o uso de R\$ 14 mil que deveriam ter sido aplicados no Fundo Nacional de Saúde.

Em Sidrolândia, o prefeito eleito, Enlevo Feline (PSDB), não tomou posse do cargo porque o TSE cassou seu diploma devido a irregularidades nas contas públicas durante sua administração como prefeito.

Date Created

04/02/2013